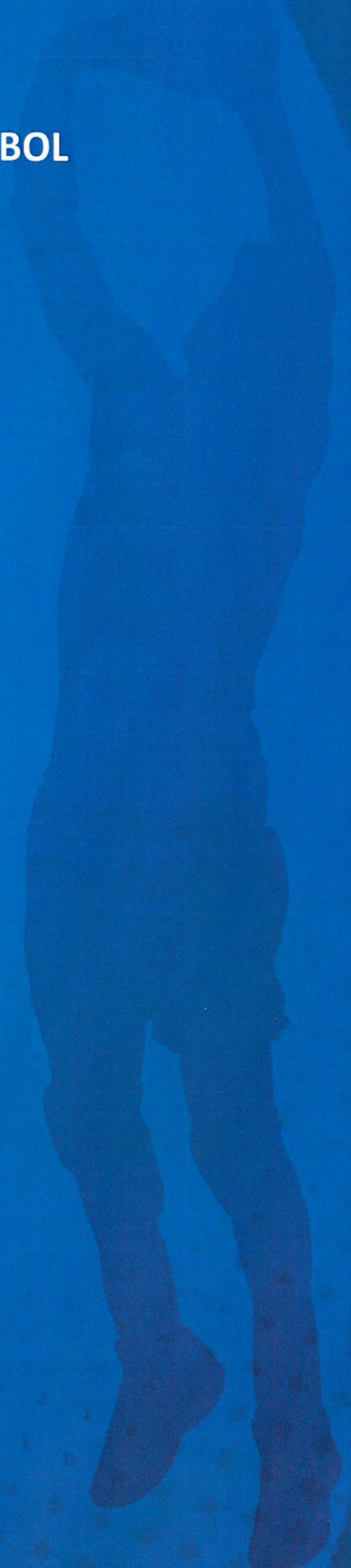




FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

PROJECTO PARAVOLEI





PARA**VOLEI**

Voleibol Sentado | inVolei

ÍNDICE GERAL

I.	REFLEXÃO -----	3
II.	FAZER ACONTECER -----	5
III.	SABER FAZER -----	6
IV.	CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO -----	7
V.	DIRETRIZES DO PLANO E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO PARAVOLEI -----	9
VI.	CRONOGRAMA PROVISÓRIO -----	10

I – REFLEXÃO

“Novos desafios, novas oportunidades”

“A evolução do desporto em Portugal, nos últimos tempos, pode ser genericamente apreciada como uma história de sucesso com alguns fracassos.”

(Instituto Português do Desporto e Juventude, 2008)

Sucesso no crescimento do número de praticantes, **sucesso** no crescimento do número de eventos internacionais realizados em Portugal, **sucesso** na melhoria dos indicadores que transmitem uma mudança de comportamento social generalizado na população adulta em prol de uma prática desportiva de forma regular associada ao bem estar (cuidados com a saúde) e ao lazer.

Contudo, é igualmente verdade que existem aspetos menos positivos que derivam da ausência de uma reflexão e visão global estruturada, sensata e atualizada em nome de uma sociedade assente em valores humanos estruturantes, de uma melhor prática desportiva e de um desporto que responda às exigências de uma sociedade do século XXI. A ideia que tem passado é que os problemas se solucionam com mais financiamento público, mas será que a resposta do desporto à exigência social tem sido antecipada, assertiva e sustentável ao longo dos tempos?

Vários têm sido os autores que se têm debruçado sobre esta problemática, enfatizando e defendendo que o desporto ao qual atualmente assistimos, influenciado pela tecnologia industrial e científica e que se evidenciou no último século por terminologia tão enérgica como “competição”, “rendimento”, “especialização”, “resultados”, “record” começa a representar apenas uma pequena parte de algo de maior dimensão e não responder assertivamente às exigências atuais de participação massiva do desporto de recreação, do desporto espetáculo, do desporto social, que expressa, de uma forma muito básica, a envolvimento e função social do desporto. Este fio condutor leva-nos a refletir de forma consciente na mensagem do secretário-geral da ONU para o Dia Internacional do Desporto para o Desenvolvimento e a Paz, 6 de abril de 2016, na qual afirma que “o desporto é um instrumento único e poderoso para promover a dignidade e os outros direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana. É uma força motora para a mudança social positiva.” E ainda exorta as organizações e todos os agentes da sociedade a “tirarem partido dos valores e do poder do desporto para ajudar à realização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.”

É nossa convicção que o desporto e as exigências do século XXI são distintas das do século XX. O rendimento obtido a qualquer preço, numa busca de consumo sem sentido e estruturado numa perspetiva meramente economicista de resultado rápido, em detrimento de uma cultura de massificação sustentada alicerçada em valores humanos e sociais, levará rapidamente o desporto a uma crise de sobrevivência. Na sociedade atual, o desporto e a atividade física são determinantes para o bem-estar e para a saúde.

Atualmente, o desporto deve reinventar e reinventar-se, impondo os princípios que estiveram na sua origem: a convivência e solidariedade entre os homens e os povos; o desenvolvimento das capacidades físicas e motoras; a valorização da sua componente cultural; a formação cívica e social. Nos últimos anos, segundo Kelly (2010), tem aumentado a noção de que o desporto pode e deve ser usado para promover a “inclusão social”, o que nos remete para uma das sábias afirmações de Nelson Mandela “The sport has the power to change the world. It has the power to unite people in a way that little else does.” Organismos internacionais apresentam o desporto como uma componente significativa para o desenvolvimento das Nações Unidas, em particular os objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM), apresentado como metas pela ONU – Organização das Nações Unidas.

Desde que esteja alinhado com uma complexa política social que englobe o Governo e a sociedade, o desporto pode transformar-se numa poderosa ferramenta para o processo de inclusão social. O desporto é um meio para a socialização, favorecendo a atividade coletiva, o desenvolvimento da consciência comunitária, a identidade e a representação simbólica da nação, evidenciada em competições importantes. Estudos sugerem que mudanças na facilitação e organização do desporto podem melhorar uma prática desportiva, inclusive, e também, promover a inclusão social. No entanto, há necessidade de uma política estratégica e orientada de intervenção, multiplicando a sua organização espacial, por entender que o acesso às instalações desportivas e comunitárias pode desempenhar um papel chave na promoção da inclusão social.

É neste contexto ideológico que defendemos que o desporto, o voleibol e em especial o Paravolei, poderá

ser um meio fundamental para potenciar os princípios previamente referidos e exponenciar a integração, inclusão social e dissimulação das carências de princípios e de valores vinculados na sociedade.

A confirmação deste sinal positivo de mudança e complementaridade ao desporto “convencional” pode ser verificado na organização de eventos de massa desportivos e culturais, pelo surgimento em instituições desportivas de departamentos com novas modalidades e valências, bem como no meio empresarial na criação de departamentos de envolvimento social e desportiva para os seus funcionários, bem como no investimento em atividades e projetos globais de responsabilidade social corporativa que demonstram a preocupação ativa pelos valores, pelos consumidores, pelo produto, mas acima de tudo pela comunidade.

Este é o caminho que devemos percorrer, efetuar esforços e criar sinergias para, em primeiro lugar, identificar, entender e responder a este novo desafio de um modo efetivo e digno. É fundamental dar o primeiro passo, desenvolver um novo quadro e paradigma concetual que combata a resignação e a passividade e previna, a longo prazo, a regressão, reforçando o argumento sobre a importância de entender as especificidades da atual transição e os novos espaços que podem ser aproveitados.

O espaço do Paravolei é estrutural e tenta superar as desigualdades sociais indo ao encontro do descrito no Artigo 2.º e 5.º da Lei de Bases do Desporto, respetivamente o princípio de que todos têm direito ao desporto, enquanto elemento indispensável ao desenvolvimento da personalidade, e o princípio da não discriminação, o qual consiste na não diferenciação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, traduzem e objetivam a relevância da temática da inclusão como conceito transversais em áreas tão vastas como a Educação, a Saúde e o Desporto.

O papel do desporto na promoção da Inclusão Social de crianças e jovens está também balizado e referenciado no Livro Branco sobre o Desporto (2007). Este documento sublinha a importância e potencial do desporto na promoção da inclusão social, da integração e da igualdade de oportunidades, referindo ainda que “as actividades desportivas não lucrativas que contribuem para a coesão social e a inclusão social dos grupos vulneráveis podem ser consideradas como serviços sociais de interesse geral”.

Da reflexão anteriormente apresentada, podemos elencar, em forma de sinopse, os seguintes pontos:

- o desporto e as exigências do século XXI são distintas das do século XX;
- o desporto de rendimento, obtido a qualquer preço, sem qualquer enquadramento sustentado, entrará rapidamente em crise de sobrevivência;
- o desporto de rendimento é uma pequena parte de algo de maior dimensão e não responde assertivamente às exigências de uma sociedade em mudança;
- o desporto deve reinventar e reinventar-se, impondo os princípios que estiveram na sua origem;
- **o desporto tem potencial intrínseco para favorecer a inclusão social;**
- o desporto deve dar atenção especial a grupos distintos, minoritários ou majoritários, com enquadramento específico;
- a prática desportiva deve ser acessível a todos; em especial àqueles que, por limitações de várias ordens, não têm a mesma oportunidade de aceder à mesma;
- as estruturas desportivas devem contribuir para a afirmação e dinamização da função social do desporto.

É neste contexto de mudança de paradigma social e de crença num futuro que polarize o desporto como motor de inclusão social, que pautamos e defendemos os nossos pilares de boa prática desportiva e percebemos o Desporto na sua complementaridade holística, em especialmente, o Voleibol. De forma atenta, a Federação Portuguesa de Voleibol, decidiu expandir o âmbito do projeto da modalidade paralímpica Voleibol Sentado, tendo criado o ParaVolei, que passa a englobar o Voleibol Sentado e o inVolei.

“Porquê impor ou restringir a prática do Voleibol nos mesmos moldes a pessoas com diferentes capacidades e com competências distintas?”

O ParaVolei engloba o Voleibol Sentado e o inVolei. A variante Voleibol Sentado é orientada para pessoas com deficiência motora e o inVolei é orientado para todas aquelas pessoas que possuem deficiência ou multideficiência mas que têm capacidade para jogar o Voleibol em pé. Este inVolei é dividido em três níveis de exigência: drills (nível 1); 2x2 (nível 2) e 3x3 (nível 3)."

Sob o lema FAZ + POR TI! o ParaVolei constitui um desafio aglutinador ao incluir todos os participantes numa prática desportiva regular, esbatendo barreiras, preconceitos, potenciando as capacidades físicas, psicológicas e relacionais de todos demonstrando que o Voleibol é uma modalidade que tem sempre o mesmo objectivo, quer seja jogada na vertente praia, indoor, Gira-Volei, Mini-Volei, Voleibol Sentado ou InVolei.

Este é o caminho para O VOLEIBOL, esta é a modalidade, esta é a nossa marca, o nosso desafio, este deve ser o âmago da nossa preocupação. Este é o ponto de partida para uma parcela maior da nossa responsabilidade social corporativa.

II – FAZER ACONTECER

Após um pouco mais de um ano o título desde capítulo foi a nossa máxima. As parcerias efetuadas com instituições da área do desporto, da saúde e da educação possibilitaram-nos estar e fazer acontecer. Desde ações de sensibilização e divulgação até momentos de afirmação e enaltecimento institucional que nos levou à aceitação como membros do Comité Paralímpico de Portugal e à aprovação de projetos de âmbito nacional pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, traduziram-se num percurso sólido expresso na seguinte descrição:

- 29 acções de divulgação/formação;
- 6 instituições com protocolo e prática desportiva regular de Paravolei;
- 164 praticantes regulares;
- 1 encontro nacional;
- 993 pessoas com deficiência abrangidas;
- 1 clube de voleibol criou na sua estrutura um departamento de desporto adaptado;

Os primeiros passos estão dados. Não estamos conformados com os resultados, mas sim determinados a fazer o que temos capacidade para fazer e assim reforçar o processo de desenvolvimento e crescimento sustentável tentando massificar o potencial social do Paravolei. Para tal iremos prosseguir o nosso trabalho nos seguintes eixos de acção:

- Eixo 1 (Intervenção centrada na luta contra a exclusão social, através de iniciativas a desenvolver paralelamente com outros projectos federativos, potenciando o acesso de pessoas com deficiências ou incapacidade)
- Eixo 2 (Promoção e implementação do voleibol sentado e do InVolei, através de um processo sistemático coordenado e articulado com suporte técnico e financeiro.)
- Eixo 3 (Participação (ou colaboração) em eventos (ou projetos) nacionais e internacionais que visem a promoção do desporto e da educação especial, abrindo caminho a um espaço de diálogo/cooperação entre as várias modalidades, ao mesmo tempo que trabalhamos em equipa com outras entidades, como a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), Comité Paralímpico de Portugal (CPP), Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual (ANDDI), etc.).

Dos objetivos apresentados no plano do passado ano civil, algumas lacunas estão por superar e que dependem exclusivamente da reatividade interna, o que nos faz reafirmar a necessidade premente de:

- Integrar questões da deficiência e da incapacidade nos cursos de treinadores, através de uma reformulação de conteúdos bem como do aumento da carga horária;
- Incluir a temática do Paravolei nos referenciais dos cursos de nível I e nível II passando assim da parte geral para a parte específica de modalidade;
- Qualificação dos recursos humanos na estrutura FPV, por forma a tomarem parte do conhecimento estratégico global e transversal subjacente ao projeto ParaVolei;

- Criação de instrumentos de acompanhamento e monitorização que permitam um conhecimento da implementação e desenvolvimento do projeto e a verificação da sua adequação e ajustamento;

O trabalho a desenvolver será balizado pelos seguintes objetivos:

- Planear, organizar e dinamizar ações e atividades ao nível dos diferentes vectores de desenvolvimento;
- Aquisição de competências por forma a melhorar a nossa intervenção;
- Integrar o ParaVolei como atividade regular da FPV;
- Integrar social e desportivamente pessoas com deficiência ou com incapacidade;
- Potenciar a filiação de centros, clubes, associações, instituições, etc

III – SABER FAZER

Conhecimento que resulta de experiência prática ou técnica acumulada ou capacidade ou habilidade para realizar ou concretizar algo ou resolver na prática alguma coisa
(In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa 2008-2013)

A experiência acumulada ao longo deste pequeno percurso dá-nos uma visão clara de que podemos fazer bem e melhor. A adequação de novos formatos organizacionais que estimulem os processos de aprendizagem coletiva, cooperação e dinâmica interna assumem uma importância fundamental para o enfrentar novos desafios colocados diariamente pela competição severa entre os diversos agentes desportivos, políticos, sociais e, sobretudo, económicos. A resposta deverá ser firme e dada através de uma maior integração de agentes, funções, departamentos, criando-se uma cultura de PARCEIRO concebendo novos padrões cooperativos verticais e transversais.

Esta será a nossa forma de ação para 2017, a maximização de recursos e capacitação da nossa estrutura (associações, clubes, atletas, etc) e das entidades governamentais (INR, IPDJ, CPP, FPDD) e não governamentais (ONGPD's, IPSS).

A participação, definição e aceitação deste formato "inclusivo e cooperativo" organizacional é fundamental, especialmente para organizações de estreito porte e reduzida estrutura, mas com imenso valor e potencial de crescimento e implementação. A cooperação para a obtenção de um interesse comum que nos ajudará a superar barreiras e exponenciar o nosso crescimento e a consolidar um produto como o Voleibol através do Paravolei será o nosso lema.

Para tal, traçamos os seguintes objetivos para o próximo quadriénio:

- Manter uma estrutura ativa que possibilite dar resposta nacional às solicitações institucionais com o objetivo de promoção da igualdade de oportunidades e participação ativa e de intervenção de todos os cidadãos, bem como promover o processo de interação entre as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Organizações Não Governamentais das Pessoas com Deficiência (ONGPD) e a Federação Portuguesa de Voleibol (FPV).
- Divulgar e projetar o Paravolei nas estruturas internacionais (FIVB, CEV, worldparavolley, paravolley europe) potenciando a criação, desenvolvimento e implementação do voleibol na vertente 2x2 ou 3x3, para a deficiência intelectual com a visão a longo prazo de inclusão da modalidade nos jogos INAS (Federação Internacional de Desporto para atletas com deficiência intelectual);
- Filiação na world paravolley e na paravolley europe;
- Parceria com a Sport+4all, projecto co-fundado pelo Erasmus e pela União Europeia onde estão envolvidas sete organizações de diferentes estados, as quais todas dispõem de uma vasta experiência na prestação de serviços de reabilitação, desporto adaptado e serviços sociais. A inclusão da Federação Portuguesa de Voleibol constituirá um contributo inestimável para o

alavancar do movimento paralímpico e para o aprofundamento do desporto no processo social e saúde.

- Validação pelo INR da Federação Portuguesa de Voleibol como instituição ONGPD com viabilidade de candidatura a projetos tipologia II;
- Inclusão do voleibol sentado num projeto competitivo de continuidade que nos permita integrar ativamente o projeto paralímpico 2020_2024;

Estas serão as nossas âncoras de trabalho o nosso FAROL, e para tal devemos promover sinergias para que esta mensagem e esta visão se tornem uma fonte geradora de oportunidades para todos e potencie a sobrevivência e crescimento do desporto paralímpico e, em especial, do Paravolei.

IV - CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO

O trabalho desenvolvido nas últimas duas décadas, expresso nas afirmações e ações internas, têm demonstrado um crescimento exponencial do número de atletas e clubes no voleibol como desporto federado. Estes dados refletem a relevância de investimento dos projetos de divulgação, promoção e descentralização da modalidade, bem como das políticas de apoio direto e indireto na estrutura.

A manutenção dos números atingidos devem ser o âmago de um processo que deve zelar pela solidez e atualidade tentando potenciar um desenvolvimento ativo e inovador de forma a responder assertivamente e antecipar as exigências sociais e desportivas.

Neste contexto, devemos reorganizar, reestruturar e rentabilizar os recursos e parcerias internas (Seleções Nacionais, Gira-Volei, Gira-Praia, associações regionais, clubes, praticantes) em torno de um entendimento e cooperação comuns com parceiros e instituições das áreas da saúde, académica e social.

Relativamente ao plano estratégico para a prática desportiva, no que concerne a população alvo do Paravolei, devemos considerar os seguintes dados expressos no Inquérito Nacional às Incapacidades, Deficiências e Desvantagens (INIDD), efetuado em 1994, e o Recenseamento Geral da População (Censo), de 2001.

Em Portugal, existiam 634.408 pessoas com deficiência (6,13%), numa população (residente) de 10,3 milhões de indivíduos. Pela análise da sua distribuição etária, evidencia-se um agravamento da taxa de incidência com a idade: até aos 16 anos, a taxa de incidência é cerca de 1/3 mais baixa do que os 6,13% da população em geral (2,18%), enquanto no grupo dos idosos passa a ser mais do que o dobro (12,5%) (quadro nº1).

Censo 2001	População	População com Deficiência	Taxa de deficiência
Total	10.355.824	634.408	6,13
-16 anos	1.784.125	38.877	2,18
16-24 anos	1.352.106	47.886	3,54
25-54 anos	4.396.336	228.687	5,2
55-64 anos	1.121.137	106.211	9,47
+64 anos	1.702.120	212.747	12,5

Quadro 1 – População total e com deficiência e taxas de deficiência por grupos etários

Região	População com Deficiência %	Homens %	Mulheres %
Total	6,1	6,7	5,6
Norte	5,9	6,5	5,3
Grande Porto	6,3	6,9	5,8
Centro	6,7	7,4	5,8
Lisboa e Vale do Tejo	6,3	6,8	5,8
Grande Lisboa	6,4	6,9	6,0
Alentejo	6,1	6,3	6,0
Algarve	6,0	6,3	5,6
Reg. Açores	4,3	4,4	4,1
Reg. Madeira	4,9	5,2	4,6

Quadro 2 – Distribuição das pessoas com deficiência por região (%)

Quanto à sua distribuição geográfica, a região Centro apresenta os valores mais elevados do país (6,7%), contrapondo-se à região dos Açores que registou a taxa mais baixa (4,3%) (quadro nº2).

De acordo com os dados obtidos no INIDD (1994), realizado por amostragem, constatamos que para uma população (residente) de 9,8 milhões de indivíduos foram apuradas 905.488 pessoas com deficiência, ou seja, uma percentagem de 9,16 % (quadro nº3).

Segundo a mesma fonte, a distribuição da população com deficiência, por tipo de deficiência, revelou que as deficiências da visão e as motoras representam metade do total, com particular incidência da deficiência motora nos homens relativamente às mulheres (quadro nº4).

Quadro 3
População total e população com deficiência e taxas de deficiência, por grupos etários

INID	População Total	População com Deficiência %	Taxa de deficiência
Total	9.887.561	905.488	9,16
-16 anos	1.941.048	69.288	3,57
16-24 anos	1.464.088	54.088	3,7
25-54 anos	3.895.535	249.893	6,41
55-64 anos	1.159.784	174.233	15,02
+ 64 anos	1.427.104	357.984	25,08

Fonte: INE, Censos 2001

Quadro 3 – População total e população com deficiência e taxas de deficiência por grupos etários

Quadro 4
População com Deficiência segundo o sexo e por tipo de deficiências

População	HM	%	H	%	M	%
Auditiva	84.156	0,8	43.533	0,9	40.623	0,8
Visual	163.515	1,6	77.772	1,6	85.743	1,6
Motora	156.364	1,5	88.893	1,8	67.471	1,3
Mental	71.056	0,7	38.156	0,8	32.900	0,6
Paralisia	14.977	0,1	8.004	0,1	6.973	0,1
Outras Deficiências	144.340	1,4	77.553	1,5	66.787	1,2
Total	634.408	6,1	333.911	6,7	300.497	5,6

Fonte: INE, Censos 2001

Quadro 4 – População com deficiência segundo o sexo e por tipo de deficiência.

Efetuada uma leitura linear dos valores apresentados, verificamos a existência de um número relevante de população com deficiência motora, cerca de 156.364 indivíduos (1,5%). No entanto, a sociedade construiu, gradualmente e com mérito, valências para que estas pessoas se fossem tornando mais independentes do ponto de vista funcional.

Esta evolução fundamental para uma sociedade mais incluída, simultaneamente com todas as sigilos médicos, sociais e pessoais existentes dificultam-nos a tarefa da passagem de mensagem da importância da prática desportiva, bem como da sua oferta.

Com este enquadramento, julgamos que o processo de desenvolvimento quantitativo do projeto será lento, no entanto temos a certeza que se mantivermos a estrutura federativa, em todos os seus patamares hierárquicos, ativa, atenta, motivada e célere nas solicitações diárias chegaremos cada vez a mais praticantes.

Relevante será, simultaneamente, orientar a nossa acção para a divulgação da modalidade em pessoas com deficiência intelectual. Embora o número de pessoas identificadas, nos inquéritos, e expressa no quadro 4, seja de 71.056 indivíduos com deficiência mental e em termos percentuais o valor ser apenas de 0,7%, estas pessoas encontram-se enquadradas por instituições, nomeadamente instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou Organizações não governamentais das pessoas com deficiências (ONGPD). Estas ONGPD assumem grande complexidade, uma vez que estas se posicionam em contextos muito diferenciados de actuação, tanto na perspectiva dos seus modelos organizacionais (Federações, Uniões, Associações, Cooperativas, Núcleos, etc.), dos níveis geográficos de intervenção (nacionais, regionais, distritais e locais) como dos próprios modelos de intervenção (associações vocacionadas prioritariamente para a defesa e reivindicação de direitos ou mais focadas na prestação de serviços).

Este enquadramento institucional está visível por todo o país (quadro 5) e poderá ser um contexto facilitador para a nossa operacionalização de divulgação do voleibol através do Involei.

Quadro 5
Distribuição das ONGPD por Distrito

Distrito	Nº	Distrito	Nº	Distrito	Nº
Aveiro	26	Évora	11	Porto	54
Beja	9	Faro	15	Santarém	15
Braga	27	Guarda	6	Setúbal	25
Bragança	6	Leiria	19	V. Castelo	3
C. Branco	9	Lisboa	130	Vila Real	6
Coimbra	30	Portalegre	5	Viseu	12

Fonte: INE, Censos 2001

Quadro 5 – Distribuição das ONGPD por distrito

Pela leitura do quadro, constata-se que a distribuição geográfica das ONGPD é relativamente assimétrica, evidenciando-se a sua litoralização e localização nos grandes centros, o que se reflecte, por conseguinte, na diferença de respostas às necessidades das pessoas com deficiências ou incapacidade, o que, aliás, acompanha o que se passa relativamente à população em geral. Nas regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo encontram-se mais de metade das respostas institucionais (64%). Contudo, é na distribuição por

distritos que é mais visível a litoralização das respostas, havendo muitas zonas do Interior Norte e Alentejo a descoberto.

Ora, por forma a rentabilizar recursos, aperfeiçoar a dimensão organizativa, modelos e valências de intervenção e uniformizar ofertas, devemos ter como prioridade a aproximação e inter-relação das nossas estruturas regionais (associações) às ONGPD situadas nas suas áreas de intervenção com o objetivo de divulgação da prática desportiva em geral e da implementação do Paravolei em particular.

Perante o atrás exposto e tendo a noção da volatilidade de aceitação neste primeiro ano de existência, julgamos que se fomentarmos uma ação comum generalizada de sensibilização e promoção da inclusão e igualdade através da prática desportiva, motivando TODOS e incentivando TODOS a uma participação ativa atingiremos o objectivo maior de ter mais pessoas a praticar desporto, a ter mais pessoas a praticar voleibol e por consequência a potenciar o surgimento de departamentos de desporto adaptado em clubes de voleibol bem como em estruturas associativas já existentes.

V – DIRETRIZES DO PLANO E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO PARAVOLEI

A realidade social portuguesa confronta-se com profundas alterações demográficas. A par do envelhecimento progressivo da população, que se traduz no aumento da proporção de idosos no conjunto da população, assiste-se à diminuição da morbilidade pré-natal e pós-natal, ou seja, mercê dos progressos científicos e técnicos, sobrevivem agora à nascença um maior número de crianças com condições de saúde muito graves, que outrora impediam a sua sobrevivência. Concomitantemente, assiste-se ao aumento das doenças incapacitantes e da sinistralidade, com todas as consequências que daí advêm.

Por outro lado, constata-se que em termos sociais, existe uma necessidade de enquadrar e estruturar a participação social das pessoas com deficiências ou incapacidade por forma a salvaguardar os seus interesses e direito. Tal foi conseguido através da criação e desenvolvimento de organizações e/ou associações, que surgiram por iniciativa das próprias pessoas com deficiências ou incapacidade, ou dos seus familiares e representantes, como forma de cumprimento desse desígnio. Estas organizações têm, pois, constituído um importante contributo para a visibilidade das questões da deficiência, para a dinamização de respostas face às suas necessidades e de condições que promovam o exercício dos seus direitos.

O nosso objetivo é que esta sensibilização pelos direitos seja transversal á possibilidade da prática desportiva a nível nacional, e conforme o estabelecido no Artigo 2.º e 5.º da Lei de Bases do Desporto, seja cumprido o Princípio de que todos têm direito ao desporto, enquanto elemento indispensável ao desenvolvimento da personalidade, e o Princípio da não discriminação, o qual consiste na não diferenciação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, traduzem e objectivam a relevância da temática da inclusão como conceito transversais em áreas tão vastas como a Educação, a Saúde e o Desporto.

É na interacção destes pilares que colocamos o Desporto e, que a Federação Portuguesa de Voleibol colocará o voleibol e cumprirá assim um dos objetivos – “proporcionar a prática do Voleibol a toda a gente”.

É nesta dinâmica que apresentamos as seguintes diretrizes de acção:

Vertente Dinamização e Sensibilização:

- Intervenção centrada na luta contra a exclusão social, através de iniciativas a desenvolver paralelamente com outros projectos federativos bem como instituições da área da educação, social e saúde, com ênfase em atividades dinâmicas de inclusão inversa, potenciando a inclusão e igualdade do acesso de pessoas com deficiências ou incapacidade à prática desportiva;
- Participação (ou colaboração) em eventos (ou projectos) nacionais e internacionais que visem a promoção do desporto e da educação especial, abrindo caminho a um espaço de diálogo/cooperação entre as várias modalidades e várias instituições;

Vertente desportiva e competitiva

- Promoção e implementação da variante Paravolei, através de um processo sistemático coordenado e articulado com suporte técnico e financeiro;
- Projetar o Paravolei nas estruturas desportivas nacionais existentes potenciando a dinamização do Paravolei em instituições e associações desportivas já existentes;
- Implementação de encontros regulares da variante Paravolei;
- Potenciando a criação, desenvolvimento e implementação do voleibol na vertente 2x2 ou 3x3, para a deficiência intelectual com a visão a longo prazo de inclusão da modalidade nos jogos INAS (Federação Internacional de Desporto para atletas com deficiência intelectual)

Cada uma destas directrizes será desenvolvida numa perspectiva articulada e de complementaridade, sem prejuízo da abordagem específica de cada vertente seja de dinamização ou de competição. Assim, por exemplo, as questões exclusivamente integradas na directriz dinamização não deixam de ser comuns às premissas setoriais constantes na directriz desportiva.

VI - CRONOGRAMA PROVISÓRIO

Ação	Jan2017	Fev2017	Mar2017	Abr2017	Mai2017	Jun2017	Jul2017	Ago2017	Set2017	Out2017	Nov2017	Dez2017
Filiação de Núcleos												
Ação de sensibilização												
Ação de formação												
Voleibol Sentado/Involei												
Ações de divulgação conjuntamente com projectos internos												
Encontros locais e regionais												
Dia paralímpico na escola												
Participação conjunta com o plano Nacional de Promoção Acessibilidade												
1º Encontro multidesportos-FAZ MAIS POR TI!!												
Dia Internacional da pessoa com deficiência												
Circuito Praia Acessível												
Encontro PARAVOLEI - FAZ MAIS POR TI												